

Obras e assistencialismo no governo José Américo (1951-1956)

JIVAGO CORREIA BARBOSA ¹

1.1 No rastro da Indústria da Seca: obras do “beneficiador do Nordeste”.

O fenômeno das secas no nordeste brasileiro não é algo recente e os primeiros registros da exploração político-econômica dos seus efeitos foram registrados ainda na segunda metade do século XIX, mais precisamente durante a grande seca de 1877-79. Nesse mesmo século se registra a primeira política pública de combate a seca, intitulada “política de socorros públicos”, implantada desde o governo imperial, durante as secas de 1877-79 e de 1888-89, perdurando até a implantação da República, quando volta à tona durante a seca de 1903-04. Possuía “(...) um caráter puramente assistencial, quase caritativo, com distribuição de gêneros alimentícios e remédios” (FERREIRA, 1993: 61). É justamente durante a seca de 1877-79 que se iniciou a indústria da seca e os principais fatores estruturais que levaram ao surgimento desse fenômeno político-social, segundo o historiador Roger Cunnif são:

1. *A grave crise econômica nordestina, ampliada “(...) pelas estiagens prolongadas”.*
2. *A criação de uma política estatal voltada “(...) para atender aos interesses privados de determinados segmentos da sociedade em detrimento dos demais”.*
3. *“(...) e a criação de um lobby, sempre a postos para carrear recursos para a região Nordeste” (CUNNIF apud FERREIRA, 1993: 72 e 73).*

Esse terceiro ponto fica ainda mais nítido quando analisamos a questão econômica brasileira durante a República Velha. O café, nesse período, passou a ser o gênero econômico de maior importância levando os cafeicultores a tornarem-se o grupo político-econômico de maior pujança. O governo, nesse momento, passou a adotar medidas protecionistas no sentido de favorecer ainda mais os cafeicultores. “O Nordeste, com seus produtos em crise, não conseguia nenhuma medida protecionista e passou a se utilizar dos períodos de estiagem para reivindicar ajuda financeira da União” (FERREIRA, 1993: 31). Dessa forma, cada uma dessas regiões do país passou a arrebatar a sua parte dos cofres públicos, o Sul utilizando o discurso do café e o Norte (Nordeste) alegando os problemas gerados pelas infundáveis secas.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na linha de pesquisa em História Regional.

Para a historiadora Lúcia Guerra (1993: 61) esse fenômeno político deve ser ainda observado sobre dois níveis:

1. (...) o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, justamente com tropeiros e comerciantes.
2. E (...) por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região.

A partir dessas análises² podemos afirmar que a indústria da seca é a manipulação dos recursos públicos em prol das elites nordestinas, onde as suas raízes e as primeiras formas de atuação foram verificadas a partir da grande seca de 1877, com a primeira intervenção estatal através da criação do “sistema de socorros públicos” e, posteriormente, através da criação de outros órgãos oficiais para combater as secas: a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas. Desde 1922³ que as secas no nordeste brasileiro haviam assumido um caráter cíclico que, curiosamente, eram verificadas a cada dez anos: 1922, 1932, 1942 e 1951-1952 (A UNIÃO, 13/03/1951: 4). Os anos de 1951 e 1952 foram marcados por um período de grave estiagem que atingiu todos os estados nordestinos, afetando as diversas mesorregiões. No Piauí, a seca atingiu violentamente o rebanho bovino que sofreu com os efeitos de uma epidemia que passou a dizimar o gado. Levas e mais levaras de homens e mulheres passaram a se deslocar sem rumo por todo o estado durante os meses de janeiro e fevereiro de 1951, e a cidade de Paraíba – situada no litoral do estado – passou a receber centenas de flagelados e retirantes que perambulavam diariamente por suas ruas a procura de trabalho e comida. No interior do Ceará, as últimas esperanças de chuva esvaíram-se com a passagem do dia de São José⁴ (19 de março) sem uma gota de

² Segundo Lúcia Guerra, as secas no Nordeste brasileiro e, em especial, na Paraíba podem ser compreendidas a partir da leitura de duas correntes historiográficas existentes que se debruçam sobre o referido assunto: 1. “(...) a que encara prioritariamente sob o aspecto climático e como causadoras de todos os males econômicos e sociais da região Nordeste; e a que percebe as secas em um contexto mais amplo, e sem colocá-las como fator determinante da situação sócio-econômica nordestina” (FERREIRA, 1993: 14). Ainda segundo a historiadora, duas obras – de inúmeras outras – serviriam de aporte teórico para a constituição da primeira corrente: “Notas sobre a Parahyba” (1892), de Irineu Joffily; e “A Paraíba e seus problemas” (1923), de José Américo. A segunda corrente historiográfica seria encabeçada pelo paraibano Celso Furtado, por Rômulo Almeida, e por Francisco de Oliveira, mas precisamente através da obra “Elegia para uma re(li)gião” (1977). É essa última corrente que norteia os estudos encabeçados por Lúcia Guerra.

³ Essa será a última seca da Primeira República, período que marca também término das intervenções estabelecidas pelo Executivo Federal em relação à problemática das secas. (FERREIRA, 1993: 16).

⁴ O mês de março é considerado decisivo pelos agricultores nordestinos, pois existe uma crença ligada ao dia 19 de março, dia de São José, que afirma que se não chover até essa data, as plantações serão

chuva cair do céu, “terrivelmente” limpo. A maior parte dos municípios do interior do estado se encontrava numa situação de extrema calamidade, os centros das maiores cidades haviam sido invadidos por retirantes que perambulavam numa espécie de peregrinação sem fim, atrás de comida e trabalho.

A seca enfrentada pelos paraibanos durante o governo de José Américo de Almeida – mais especificamente entre os anos de 1951-52 – se inicia meses antes de sua posse, verificada no dia 01 de fevereiro de 1951. Os primeiros indícios de uma calamidade iminente foram sentidos em alguns municípios do interior do Estado ainda na segunda metade do ano de 1950. Embora as primeiras notícias referentes a essa problemática tenham surgido ainda no governo do udenista Osvaldo Trigueiro, passando pelo curto período da administração de seu sucessor e vice-governador, José Targino, os problemas relacionados a esse prenúncio de grande estiagem só receberam a atenção merecida a partir dos primeiros meses da gestão americista. Essa afirmação é facilmente comprovada ao compararmos a quantidade de matérias relacionadas à seca, publicadas pelo jornal “A União” – órgão de imprensa oficial de maior circulação em todo o estado – durante o último mês da gestão de José Targino (janeiro) e os três primeiros meses do governo de José Américo: janeiro (3 notícias), fevereiro (11 notícias), março (94 notícias), e abril (87 notícias) (A UNIÃO, 01/01/1951 a 30/04/1951)

Erguendo a bandeira de “valorização da terra”, o governador expõe à Assembléia Legislativa as obras de açudagem que seriam realizadas nos próximos meses de sua gestão, medidas essas que evitariam, segundo ele, as migrações populacionais que já vinham ocorrendo em larga medida desde o ano de 1950. Na visão do governador, a questão do desemprego – que tomava proporções alarmantes no período das secas – surgia “(...) por não poderem os fazendeiros, a falta de reservatórios, pequenos que fôssem, manter seus trabalhadores”. Para solucionar esse problema, “(...) vai o Governo empenhar-se numa campanha de açudagem” (ALMEIDA, 1951: 98). Além dos açudes, construídos nas fazendas e em propriedades públicas, seriam

castigadas pelo verão intenso e esse não será um bom ano para as plantações, afetando diretamente as colheitas. Na Paraíba, o jornal A União passou a alimentar essa crença, durante a seca de 1951-1952, afirmando que “(...) esperança ainda não esta morta como, literariamente, como já o fizeram com a província, até que o dia 19 de março traga aprova final do que reserva a sorte, no corrente ano, aos sertões. (...) Assim é que, a expectativa de hoje até o próximo dia de São José é das mais febricitantes” (A UNIÃO, 01/03/1951: 4).

adquiridas diversas máquinas que provavelmente levariam benefícios as várias regiões do estado, principalmente a Caatinga, o Carirí e o Alto Sertão⁵.

Além do governador, o jornal A União passa a difundir a visão de que os açudes tornar-se-iam a melhor solução para a problemática da seca. Segundo o jornalista Lopes de Andrade, o Governador José Américo e o Diretor do DNOCS esperavam que “(...) os Açudes cumprissem a sua missão, absorvendo os retirantes e oferecendo-lhes trabalho, refrigério e alimentos (A UNIÃO, 20/03/1951: 4). Para a construção dos açudes, ficaria encarregado o DNOCS de enviar à Paraíba uma “turma de reconhecimento” para avaliar e escolher os melhores locais, de preferência, próximo aos municípios mais povoados. Como exemplo dessas ações, o governador cita a construção do açude “Barra do Tamandú”, localizado no município de Monteiro, que seria construído numa parceria entre a sua gestão e o Governo Federal. A obra teve início no mês de março de 1951 e o valor orçado ficou na casa de Cr\$ 1.399.000,00 (Cruzeiros). No exemplo citado pelo governador, em relação ao início das obras, uma questão não poderia passar em brancas nuvens: quando analisamos mais uma vez os resultados da campanha eleitoral de 1950 para Governador do Estado, percebemos que Monteiro consta entre os municípios onde José Américo também vencera as eleições contra Argemiro de Figueirêdo com o apoio do prefeito Sebastião Cesar de Melo, eleito em 1947. Diga-se de passagem, um dos municípios onde se registrou a maior diferença entre os dois candidatos⁶.

Dessa forma, percebemos que o governador José Américo procurou legitimar o discurso de que a problemática do desemprego no estado paraibano, durante esse novo período de seca, estaria ligada a falta de açudes nas propriedades particulares, deixando claro que os fazendeiros receberiam do Estado todo o apoio necessário para essas construções. A partir da leitura de alguns livros e jornais sobre o referido assunto⁷, fica

⁵ O Estado da Paraíba possuía, nessa época, uma extensão de 52.282 quilômetros quadrados, divididos em 8 “Zonas Fisiográficas”/Mesorregiões: Litoral e Mata; Agreste e Catinga Litorânea; Brejo; Agreste e Catinga Central; Médio Sertão dos Cariris Velhos; Seridó; Baixo Sertão do Piranhas; e o Alto Sertão” (ALMEIDA, 1951: 92).

⁶ José Américo venceu as eleições com um total de 6.018 votos, seguido por Argemiro que recebeu 3.631 votos. Como podemos ver, o primeiro candidato atinge quase o dobro do número do seu principal adversário.

⁷ Mais informações a esse respeito vide FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião (SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª Ed.. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980. _____ . **O Ciclo**

claro que essa não era uma medida inovadora, pelo contrário, soluções hidráulicas – de açudagem e perfurações de poços – foram pensadas e postas em prática desde o século XIX, porém sempre serviram para ampliar e desenvolver a indústria da seca no nordeste brasileiro.

A política de combate às secas adquire foros institucionais, federais e a política de açudagem é formulada, desde o início, já com um direcionamento claro para beneficiar os proprietários, restringindo o acesso à população mais necessitada, tais os “requisitos” exigidos na construção das obras (SILVEIRA apud FERREIRA, 1993: 11).

Dentro ainda da campanha de açudagem estava programada a construção de outro grande açude em mais um dos municípios onde José Américo havia ganhado as eleições: na cidade de Patos⁸. O fato é que a construção do açude Espinho Branco não se concretizou, pois a obra terminou sendo embargada. Além do açude Tamanduá, outros dois passaram a integrar as obras de açudagem construídas durante a gestão americista: os açudes de Boqueirão e São Gonçalo. O açude Boqueirão⁹ foi construído na antiga “Vila de Boqueirão”, também chamada de “Vila de Carnoió”¹⁰, que pertencia na época ao município de Cabaceiras. Segundo o relato do senhor Severino Amaro Guimarães – um dos trabalhadores que participaram da construção, no final da década de 1940 – a barragem de Boqueirão fazia parte de um projeto ainda mais grandioso:

A regularização do Rio Paraíba consiste de quatro grandes barragens: Acauã, Curimatã, Boqueirão, Porteira e Pelo Sinal seqüenciadas; rio acima abrangendo três municípios: Aroeira, Boqueirão e Cabaceiras; cujas represas se aproximariam entre si com separação de poucos quilômetros; dessa série de projetos apenas o de Boqueirão foi concretizado, enquanto

Revolucionário do Ministério da Viação. 2 Ed.. João Pessoa: Fundação Casa José Américo de Almeida/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982. ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros; et. al. (Orgs.). *Historiografia e [em] diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico. SECA: recursos e assistência como política de Estado na Paraíba (1930-1940).* João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, pp.66-85.

⁸ Em Patos, José Américo venceu as eleições com um total de 6.114 votos, seguido por Argemiro que recebeu 5.233 votos. Essa diferença apertada entre as duas candidaturas se deve ao poder e influência exercida pelo deputado federal udenista, Ernani Sátyro, em toda a região.

⁹ Com a construção da barragem de Boqueirão, vários distritos, cidades e municípios passaram a usufruir de seus benefícios: os distritos de Sede, Alcantil, Bodocongó, Caturité, Riacho Santo Antonio, Pocinhos e a própria Boqueirão de Cabaceiras, além das cidades de Queimadas, Campina Grande e Barra de São Miguel, dentre outros. A inauguração definitiva da barragem se deu no dia 17 de janeiro de 1957 e contou com a presença do presidente eleito em 1956, Juscelino Kubtschek.

¹⁰ A “Vila de Carnoió”, mais conhecida como “Vila de Boqueirão” pertencia ao município de Cabaceiras. No dia 30 de abril de 1959, foi assinada a Lei nº 2.078 que emancipou administrativamente a Vila, elevando-a a categoria de município de Boqueirão, passando este a conglomerar-se com mais 5 distritos: Sede, Alcantil, Bodocongó, Caturité e Riacho Santo Antônio (GUIMARÃES, 2003: 50). Outra curiosidade é que José Américo (1.795 votos) havia perdido as eleições de 1950 para Argemiro de Figueirêdo (2.988 votos) no município de Cabaceiras.

que Acauã e Curimatã tiveram as suas obras paralisadas logo no início. Sendo que Acauã foi construída em 2002 a cargo do Governo do Estado (GUIMARÃES, 2003: 52).

A partir da história de seu Severino Guimarães e dos seus depoimentos, passamos a conhecer um pouco mais da realidade vivenciada pelos trabalhadores durante o período da construção do açude, procurando saber como esses eram contratados, qual a jornada de trabalho e quais as condições de moradia no local das obras? Para os trabalhadores que iriam depositar na obra vários meses e, até mesmo, anos de trabalho, foram erguidos “(...) 100 imóveis, inclusive duas dezenas de residências de porte médio, oficinas mecânicas, casa de força, garagem, escritório, almoxarifado, posto médico, restaurante, cooperativa de consumo” (GUIMARÃES, 2003: 52) próximos ao local onde se desdobrava a construção. Além de estarem incumbidos de construir a nova barragem, os trabalhadores – que eram em sua grande maioria vítimas das conseqüências da seca – foram reaproveitados para construírem a estrada ligando a Vila de Boqueirão ao município de Queimadas. Ainda segundo o relato de seu Guimarães, o “(...) trabalho diuturno de homens e máquinas era extra-programa (GUIMARÃES, 2003: 54 e 55), ou seja, existia hora para iniciar as obras mas não havia horário certo para o término destas. Além disso a maioria dos trabalhadores que foram deslocados para Boqueirão – e para outras áreas de construção de açudes e estradas – não podiam levar as suas famílias, pois o alojamento era exclusivo para os trabalhadores das obras. Segundo o seu Guimarães, apenas os engenheiros podiam levar as mulheres e filhos porque haviam casas alugadas pelo DNOCS para cada um destes.

Quase que diariamente, centenas de homens e famílias inteiras perambulavam pelas áreas devastadas pela seca atrás de comida, água e emprego. As que tiveram um pouco mais de “sorte”, foram removidas de um lugar para outro, de uma cidade para outra, para serem empregados nas obras de açudagem e pavimentação das estradas estaduais e federais. Exemplo disso foi à remoção de 500 pessoas do município de Catolé do Rocha para o município de Sousa, sendo imediatamente empregada essa mão de obra na ampliação do açude São Gonçalo (A UNIÃO, 31/03/1951: 5).

Além da construção dos grandes açudes – Tamanduá e Boqueirão – e ampliação do açude São Gonçalo, no município de Sousa, foram construídos mais “(...) 16 pequenos açudes, 13 tanques desobstruídos e 12 cacimbas, no valor total de Cr\$ 2.241.791,00 (Cruzeiros)”, segundo o relatório elaborado pelo governador sobre o

balanço das ações realizadas durante o primeiro ano de sua gestão, entregue a Assembléia Legislativa (ALMEIDA, 1952: 4). Para a construção desses açudes e barragens, o chefe do Executivo paraibano contou com a efetiva participação do DNOCS. Essa afirmação é facilmente comprovada quando analisamos a quantidade de açudes e barragens construídas exclusivamente pelo DNOCS¹¹ entre os anos de 1951-1956: Belém, distrito de Caiçara (açude Tribofe); Congo, distrito de Campina Grande (açude Congo); Patos (açude Jatobá I); Remígio, distrito de Areia (açude Algodões); Aroeiras, distrito de Umbuzeiro (açude Gado Bravo); Taperoá, distrito de Batalhão (açude Lagoa do Meio); Boqueirão, distrito de Campina Grande (açude Boqueirão); Belém de Brejo do Cruz (açude Escondido I); Piancó (açude Mãe D'Água); Barra de Santa Rosa, distrito de Cuité (açude Curimataú¹²) (ARAÚJO; DNOCS, 1982: 141).

Considerando as informações, verificamos que dos 10 açudes públicos construídos, 6 estão localizados em áreas (distritos, cidades e municípios) onde José Américo havia ganho as eleições no ano de 1950¹³. Entretanto, não podemos esquecer-nos de analisar o contexto político que marca, principalmente, o início de cada obra. A partir da observação atenta dos resultados das eleições para Prefeito dos municípios paraibanos em 1951, percebemos que há na verdade uma ampliação das localidades ligadas a José Américo: em Cuité foi eleito Pedro Simões Fernandes Pimenta do PSD e em Taperoá, Adeodato Vilar do PSD, expandindo para 8 o número de localidades ligadas politicamente ao governador.

Quando o assunto são os açudes particulares construídos em parceria com o DNOCS, percebemos que o número de localidades beneficiadas – atreladas politicamente ao governo americista – permaneceu superior ao número de municípios ou distritos ligados aos grupos políticos opositores. Nove barragens foram construídas para o benefício de grupos particulares (fazendeiros, latifundiários, dentre outros)

¹¹ Entre os anos de 1906 e 1981, o DNOCS construiu cerca de 269 barragens nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, região que compreende o chamado “Polígono das Secas”. Só no estado da Paraíba, foram construídos 75 açudes nesse período (ARAÚJO; DNOCS, 1982).

¹² Embora as construções do açude Curimataú não tenham sido concluídas durante o governo de José Américo, mais de 60% da obra (4 anos) foi realizada durante o referido período. (Fonte: ARAÚJO; DNOCS, 1982: 141).

¹³ Os municípios onde José Américo havia ganhado as eleições foram: Campina Grande (Congo); Patos (Jatobá I); Remígio (Algodões), distrito de Areia; Aroeiras (Gado Bravo), distrito de Umbuzeiro; Taperoá (Lagoa do Meio), distrito de Batalhão; e Piancó (Mãe D'Água).

subsidiada pelo DNOCS: Catolé do Rocha (açude Duas Américas); Barra de São Miguel, distrito de Cabaceiras (açude Riacho do Bichinho); Barra de Santa Rosa, distrito de Cuité (açude Eugenio); Souza (açude Saco do Cavalo); Monteiro (Barra do Tamanduá); Santa Luzia (açude São Domingos); Santa Terezinha, distrito de Patos (açude Malhada Redonda); Fagundes, distrito de Campina Grande (Galante II); e Cuité (açude Pimenta) (ARAÚJO; DNOCS, 1982: 136). Dessas nove barragens, apenas duas foram construídas em regiões onde a UDN continuava dominando o cenário político desde as eleições de 1950: Catolé do Rocha e Cabaceiras. Provavelmente essas cidades foram incluídas no programa de açudagem do governo porque as duas estavam situadas nas regiões mais castigadas pelos efeitos da seca – sertão e cariri – além de ocuparem posições de destaque (política e economicamente) nessas regiões, aglutinando diversos distritos e fazendo fronteira com outras tantas cidades. As outras sete barragens foram construídas em localidades que estavam politicamente ligadas ao governo americista.

Ao construir os açudes nas proximidades dos grandes municípios, José Américo unia o útil ao agradável, ou seja, abastecia uma maior parcela da população urbana dessas regiões e, ao mesmo tempo, estabelecia uma relação de favores junto aos líderes políticos locais que, na sua grande maioria, eram os donos das grandes fazendas as quais se destinavam prioritariamente as obras, mantendo e ampliando os seus redutos eleitorais. Agindo assim, José Américo provavelmente garantia uma grande quantidade de votos nos maiores municípios do estado, em eleições futuras. O fato de o DNOCS enviar uma comissão julgadora e avaliativa, para as futuras construções, não impediu que o primeiro açude construído na gestão americista fosse estabelecido justamente em um de seus currais eleitorais: a cidade de Monteiro. Era a indústria da seca agindo novamente no estado paraibano.

Além das obras de açudagem, o Governador José Américo passou a investir pesado nas obras de construção e pavimentação das rodovias estaduais e municipais sob a alegação de dar emprego aos milhares de flagelados e evitar assim as constantes migrações que ocorriam em várias regiões do Estado. Ao analisarmos os dados oficiais relacionados aos gastos dos principais órgãos que integravam o governo de José Américo, percebemos que no ano de 1951, as despesas da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – responsável direta pela maior parte das ações de combate a seca, a exemplo da construção de açudes, pavimentação e construção de rodovias –

superou os gastos de quase todas as outras secretarias do Estado, perdendo apenas para a Secretaria das Finanças:

Poder Legislativo – Cr\$ 4.911.708,50; Govêrno do Estado - Cr\$ 3.939.438,10; Secretaria do Interior e Segurança Pública - Cr\$ 30.420.603,70; Secretaria de Educação e Saúde - Cr\$ 45.445.989,20; Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas - Cr\$ 48.877.009,60 (Grifo nosso); Secretaria das Finanças - Cr\$ 49.322.347,70; Poder Judiciário - Cr\$ 5.908.592,40; TOTAL: Cr\$ 188.825.689,20 (FONTE: ALMEIDA, 1952: 36).

As despesas com a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas eram consolidadas pelo discurso propagado através do jornal A União que, diariamente, trazia notícias sobre os efeitos da seca para as diversas regiões do Estado. Durante o mês de março mais de 50 telegramas encaminhados ao governador José Américo foram retransmitidos a população paraibana. De vários municípios partiam os apelos de figuras ilustres da sociedade – prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, padres, pastores evangélicos, fazendeiros, dentre outros – solicitando a construção de mais açudes e estradas. De Campina Grande, o prefeito de Princesa Isabel, Nominando Diniz, escreveu um telegrama solicitando ao governador urgência na construção das estradas que iriam ligar esse município aos de Teixeira e Piancó, solicitando também a construção de pequenos açudes, pois além de água, era preciso dar emprego aos pais de família daquela região, evitando assim outros casos de migrações para a região sul do país, como já haviam sido registrados segundo o prefeito: “Hoje saíram dois carros lotados de retirantes para São Paulo, Caso não haja trabalho com urgencia, outros caminhões seguirão na próxima semana” (A UNIÃO, 18/03/1951: 3, 6). Apelo idêntico ao descrito acima, foi feito também por prefeitos de outras cidades paraibanas, a exemplo de Piancó: “A estrada de rodagem daqui, a fim de atender aos necessitados, deve ser ampliada (A UNIÃO, 14/03/1951: 5).

Dessa forma os pedidos se repetiam e as solicitações giravam em torno das duas prováveis soluções que pareciam ser as únicas: açudagem e estradas. Dos mais de 50 telegramas analisados por nós, os únicos que passaram a solicitar comida – cereais, farinha de mandioca, dentre outros alimentos – partiram dos municípios de Antenor Navarro: “Comunicamos a Vossa Excelencia que este município não dispõe de cereais em volume bastante para atender aos necessitados locais. Padre Manoel Jacome, José Isidro de Almeida, José de Brito” (A UNIÃO, 25/03/1951: 3); e de Piancó: “As chuvas suspenderam. Piancó abriga cêrca de 2.300 flagelados, parecendo que atingirá nestes

poucos dias a 4 mil. Os gêneros alimentícios são insuficientes na cidade, para alimentar tão grande numero de pessoas” (A UNIÃO, 29/01/1951: 5).

A partir da análise dessas notícias, fica claro que a maior parte dos prefeitos dos municípios atingidos pela seca passou a cobrar do governador obras de açudagem e pavimentação que há muito tempo haviam sido prometidas por gestões passadas e que nunca chegaram a se concretizar. Nem o próprio José Américo escapou das cobranças relativas às promessas de outrora, pois um grupo de moradores do distrito de Brejo do Cruz telegrafou para o governador cobrando as ações prometidas por esse, quando ocupou um dos ministérios do Governo Provisório, em 1932:

BREJO DO CRUZ 24 – Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência a tremenda situação da população pobre deste Distrito de Belém. Na certeza de ser ela amparada por V. Excelencia, apelo ao seu espírito humanitário no sentido de ser construído o açude denominado “Escondido”, estudado nesse distrito, quando da gestão de Vossa Excelencia na pasta da Viação e Obras, em 1932 (A UNIÃO, 25/03/1951: 3).

Os primeiros anos da década de 1950 mostravam-se oportunos para essas cobranças, pois em meio às obras que integravam o plano de combate a seca instituído por José Américo, podemos afirmar que a construção e pavimentação de estradas tornaram-se a política pública mais estimulada pelo governo. Além de abrigar uma maior quantidade de mão de obra da população vítima da seca e de abranger um maior número de municípios, os custos dos serviços relativos às estradas e a pavimentação foram três vezes maior do que os investimentos em soluções hidráulicas, construção de barragens e perfuração de poços.

No dia 24 de abril de 1951 o Ministro da Fazenda do governo Vargas, Horácio Lafer, envia um telegrama ao Governador José Américo autorizando a expansão das obras de construção e pavimentação das estradas estaduais e federais:

Em aditamento e em caráter confidencial tenho a honra de comunicar a V. Excia. que Presidente da República autorizou fosse atribuída Departamento Nacional de Estradas e Rodagens e por êste delegada ao Estado da Paraíba para serviços e obras por V. Excia julgados necessários quantia oito milhões cruzeiros. Estou autorizando Banco Brasil entregar Govêrno V. Excia. quatro prestações mensais de dois milhões de cruzeiros, cada. Atenciosas saudações – Horácio Lafer, Ministro da Fazenda (ALMEIDA, 1952: 53).

A partir dessa autorização, que ampliava ainda mais as possibilidades financeiras do Estado, o governo paraibano criou a Comissão de Obras de Emergência e Socorros Públicos (C.O.E.S.P.), diretamente subordinado ao poder executivo. Entre as deliberações encabeçadas por esse órgão estava a responsabilidade de responder as inúmeras solicitações de abertura de serviços e socorros urgentes que partiam de

diversas regiões do estado paraibano, especialmente do sertão, buscando soluções eficientes para amenizar, ou até mesmo solucionar, os efeitos advindos da seca. Embora a promessa financeira estipulada pelo Ministro Horácio Laefer fosse de Cr\$ 8.000.000,00 (cruzeiros), o Governo do Estado recebeu da União um valor ainda superior: cerca de Cr\$ 11.500.000,00 (cruzeiros).

Os dois quadros que apresentam as despesas realizadas pela COESP durante o ano de 1951 corroboram com a nossa afirmação de que os gastos com a construção e pavimentação de estradas superaram todos os outros investimentos estatais contra a seca nesse período:

PAVIMENTAÇÃO: Serviços de construção e conservação de estradas - Cr\$ 3.124.277,90; Reconstrução, construção e conservação dos açudes e reservatórios - Cr\$ 946.905,80 (Grifos nosso); Campos de pouso - Cr\$ 41.140,80; Veículos, inclusive carros de mão - Cr\$ 397.739,00; Material de consumo, equipamento de serviço, utensílios e despesas diversas - Cr\$ 310.420,30; Total: Cr\$ 4.820.484,30. CONSTRUÇÃO DE AÇUDES, TANQUES E CACIMBAS: Serviços de construção - Cr\$ 613.563,70 (Grifo nosso); Equipamento mecânico - Cr\$ 332.168,50; Abastecimento d'água - Cr\$ 14.731,80; Administração - Cr\$ 39.636,00; Total: Cr\$ 1.000.000,00 (FONTE: ALMEIDA, 1952: 55).

A falta de dados em relação à construção desses açudes, tanques e cacimbas – locais da construção (público ou privado), município ou distrito, dentre outros – não possibilitou um aprofundamento de nossas análises em relação aos grupos que foram beneficiados por essas obras. Contudo, durante o ano de 1951, 6 projetos¹⁴ de construção e pavimentação de estradas foram realizados pela COESP em todo o Estado, sendo aprovados pelo governo e as obras imediatamente iniciadas nesse mesmo ano. Desses projetos – que iriam beneficiar municípios e distritos – empreendidos por este órgão, ao menos 4 deles foram direcionados a localidades que mantinham fortes ligações políticas com o atual governo: Riacho dos Cavalos, distrito de Catolé do Rocha; Congo, distrito de Campina Grande; Santa Luzia e São José¹⁵. Segundo o balanço anual das atividades desenvolvidas no Estado da Paraíba durante o ano de 1951, entregue pelo governador José Américo a Assembléia Legislativa:

¹⁴ Estradas: Brejo do Cruz – Limites com o Rio Grande do Norte; São João do Cariri – São José dos Cordeiros; Placas – Riacho dos Cavalos; Sumé – Congo; Patos – Santa Luzia; São José – Cipó (ALMEIDA, 1952. P.55).

¹⁵ O quadro com os estudos e projetos desenvolvidos pela COESP na Paraíba, em 1951, encontra-se em ALMEIDA, José Américo de. **Mensagem a Assembléia Legislativa**. Enviada no dia 1 de julho de 1952. Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba: João Pessoa, 1952, p.55.

Procurou-se, tanto quanto possível, dar um caráter de aplicação sistemática aos recursos recebidos. A principal finalidade desses serviços, porém, foi o amparo às populações flageladas. O operário era admitido nas obras à medida que as procurava, não havendo limites de idade ou de número para a sua aceitação (ALMEIDA, 1952: 58).

Outra importante ajuda para a construção, conservação e melhoramento das estradas inseridas no Plano Rodoviário da Paraíba partiu do Departamento de Estradas e Rodagem (D.E.R.). No estado paraibano, esse órgão federal mantinha quatro postos de funcionamento nos municípios de Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Sapé, todos atrelados – por coincidência ou não – politicamente ao governador em exercício. Para o ano de 1951 e primeiro trimestre de 1952, o governo estadual recebeu da União a quantia de Cr\$ 23.715.870,40 (cruzeiros), provenientes do Fundo Rodoviário Nacional¹⁶. Desse montante, Cr\$ 16.009.829,90 estava destinado para o Estado e Cr\$ 3.473.344,80 seriam distribuídos para os municípios paraibanos a partir de projetos avaliados pelo por José Américo.

A partir da análise dos dados¹⁷ disponibilizados pelo governador no relatório sobre as ações governamentais desenvolvidas durante o ano de 1951 e primeiro trimestre de 1952, podemos afirmar mais uma vez que a maior parte dos municípios beneficiados pela política americista estavam efetivamente atrelados ao projeto governamental americista. Das 7 estradas construídas pelo governo estadual utilizando as verbas do Fundo Rodoviário Nacional nesse período, 6 beneficiavam vários municípios e distritos onde o governador havia sido eleito em 1950: Alagoa Grande, Campina Grande, Antenor Navarro, Marizópolis, Cajazeiras, Conceição, Mamanguape, Camaratuba, Taperoá, Teixeira e Destêrro (ALMEIDA, 1952: 62). Dando continuidade a sondagem sobre a demonstração das despesas realizadas, percebemos que os benefícios para os prefeitos aliados não param por aqui, pois dos 16 serviços de conservação de estradas, 13 foram direcionadas para outras municipalidades e distritos onde José Américo mantinha estreitas relações políticas: João Pessoa, Santa Rita, Sapé, Itabaiana, Campina Grande, Alagoa Grande, Umbuzeiro, Soledade, Picuí, Patos, Santa Luzia, Teixeira, Remígio, Princesa Isabel, dentre outros (ALMEIDA, 1952: 62, 63).

¹⁶ O Fundo Rodoviário Nacional foi instituído pela Lei Federal nº 302, de 13 de julho de 1948. Tratava-se de algumas quotas federais e estaduais destinadas aos Estados (ALMEIDA, 1952: 61).

¹⁷ O quadro contendo o nome dos municípios beneficiados, além da demonstração da despesa realizada pelos serviços prestados e o valor de cada construção ou melhoramento das estradas encontra-se em ALMEIDA, José Américo de. **Mensagem a Assembléia Legislativa**. Enviada no dia 1 de julho de 1952. Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba: João Pessoa, 1952, pp.61,62 e 63).

A homilia do “grande ministro de 1932” nos parece contraditória e dúbia ao mesmo tempo, pois se a construção dos açudes, a pavimentação e construção das estradas estavam inseridas em um projeto político “de amparo às populações flageladas”, porque não beneficiar todas as localidades atingidas pelos efeitos da seca, ao invés de favorecer alguns municípios e distritos em detrimento de outros? Quais os critérios adotados para que diversas municipalidades passassem a figurar nos planos e estudos desenvolvidos pela COESP, DER e DNOCS mesmo estando a dezenas de quilômetros de distância do epicentro da crise gerada pela seca, a exemplo de Mamanguape, na região litorânea do estado? Será que os prefeitos dos municípios não assistidos – em sua maioria opositores ao governo americista – permaneceram calados diante da predileção dos aliados políticos? Havia realmente uma fiscalização eficaz em torno dos milhões de cruzeiros enviados pelo governo federal aos cofres do governo paraibano?

Embora o governo divulgasse que havia centenas de vagas para os flagelados nas diversas construções que se desdobravam ao longo do ano de 1951 e início de 1952, nem sempre as condições de trabalho eram favoráveis e muitos agricultores preferiam aguardar a chegada das chuvas – mesmo passando por todo sofrimento e privações – do que migrar para as áreas onde o governo desenvolvia a campanha de açudagem e pavimentação. Exemplo disso foi o caso registrado na cidade de Catolé do Rocha, quando o chefe do serviço de viaturas para abastecimento, tenente Ruy Flores, recebeu a ordem do Chefe do Executivo paraibano de transferir imediatamente cerca de 500, dos 1.000 homens que se amontoavam pelas ruas, ameaçando o comércio daquela cidade. Em resposta ao telegrama do governador, Ruy Flôres afirmou:

SOUZA, 29 – Cumpri a determinação de Vossa Excelencia, deslocando-me na última noite para Catolé do Rocha. Não foi possível trazer os deslocados em virtude de já terem debandado e haver suposição da parte de autoridades locais, de não quererem os mesmos se transportar para o açude São Gonçalo. (...) Caso os homens sem trabalho daquela cidade desejem se deslocarem para São Gonçalo, tomarei as providências necessárias (A UNIÃO, 30/03/1951: 3).

Vários prefeitos telegrafaram para o Palácio da Redenção solicitando maquinário adequado para o andamento das obras. No final do mês de março, o prefeito de Piancó informava ao governador que: “Os generos alimentícios são insuficientes na cidade, para alimentar um grande número de pessoas. Continua a falta de ferramentas. (...) O caso não comporta demora” (A UNIÃO, 29/03/1951: 5). O padre do distrito de Sabugy,

Milton Arruda, afirmava que os estudos que possibilitariam a construção da estrada que ligaria aquela região ao distrito de São Mamede e a cidade de Patos já estavam concluídos, o que não existiam eram as ferramentas necessárias para a execução da obra (A UNIÃO, 30/03/1951: 3, 6).

O fato é que, enquanto o município de Mamanguape – reduto política da família do vice-governador João Fernandes de Lima – recebia apoio irrestrito do governo americista, ampliando o abastecimento de água e construindo e pavimentando diversas estradas naquela região, o município de Brejo do Cruz¹⁸ ainda não havia recebido nenhum auxílio no final do mês de março. Por estar entre os poucos municípios do qual José Américo havia perdido as eleições para Argemiro de Figueirêdo em 1950, e ainda por concentrar o poder político local nas mãos da UDN, a população local continuava sofrendo com a falta de recursos e de chuva. No dia 25 de março, um grupo de 53 pessoas encaminhou um telegrama ao governador paraibano afirmando que:

*(...) a maior parte do povo dêste município está atravessando séria crise e passando fome devido **está faltando serviço bem como se registrando a ausência até agora do socorro do Governo** (Grifo nosso). Nesta situação vimos apelar a Vossa Excelência no sentido de mandar atacar as obras de caráter de emergência, afim de amparar a população flagelada que deseja rumar para outras regiões, a procura de recursos (A UNIÃO, 30/03/1951: 3, 6).*

Em resposta ao “esquecimento” do governador paraibano – em relação a falta de medidas urgentes de combate aos efeitos da seca naquela região – o prefeito de Brejo do Cruz, José Olímpio Maia Filho, mandou cortar a energia elétrica da difusora de rádio local que retransmitia notícias relacionadas às ações desenvolvidas e encabeçadas por José Américo contra a seca em outros municípios do Estado. Em protesto a essa forma de retaliação, o jornal A União divulgou o artigo intitulado “Política com miséria”, onde se afirmava que:

(...) adversários políticos do governador José Américo estão se aproveitando da situação de calamidade pública criada pela seca, para as mais torpes explorações com a miséria alheia. Assim é que o prefeito daquele município, sistematicamente se recusa a fornecer energia elétrica para a divulgação de notícias de interesse das pessoas vítimas da estiagem (A UNIÃO, 31/03/1951: 4).

¹⁸ Brejo do Cruz figura entre os 11 municípios onde José Américo perdeu as eleições para Argemiro de Figueirêdo, num total de 41 municípios paraibanos onde ocorreram as eleições de 1950. Mais informações, ver o resultado da eleição para governador nesse município no sítio www.tre-pb.gov.br (Data da consulta: 26/05/2010 – Hora: 12:08 min.).

Em relação à fiscalização do dinheiro público investido nas obras de construção e pavimentação de estradas, podemos afirmar que existiram brechas que possibilitaram a fraude e o desvio de verba dos cofres do DER. Um acontecimento que comprova essa afirmação foi o processo administrativo aberto contra o funcionário José de Menezes Lyra, publicado na primeira página do Diário Oficial no dia 1 de janeiro de 1952. No dia 18 de junho de 1951 foi criada uma Comissão de Inquérito Administrativo, por solicitação da Delegação de Controle do DER, para apurar denúncias de irregularidades provenientes da tesouraria desse Departamento. Após meses de investigação ficou constatado que José Menezes vinha recebendo, há algum tempo, diversos pagamentos que não eram depositados no caixa do DER, sob a sua responsabilidade. Assim, segundo o relatório elaborado pela referida Comissão, o desfalque cometido pelo tesoureiro alcançou um total de Cr\$ 424.843,20 (cruzeiros). Concluído o inquérito, confirmaram-se as denúncias:

*(...) chegando ao resultado de que o mesmo responsável pela Tesouraria, José de Menezes Lyra, é o autor do alcance de valor referido acima. A proposta oferecida pelo referido funcionário no sentido de dar o terreno (com 2.180 metros quadrados) e a casa (à rua Mons. Walfredo., nº 635, desta cidade) para liquidar o débito antigo e o atual, não deixa dúvida de que foi ele o autor do desfalque encontrado. (...) Levo o caso à apreciação do Conselho Executivo, na forma do art. 88, do Decreto nº 246, de 7.10.1950 para onde deverão remetidos os autos desse Inquérito Administrativo, com a possível brevidade. João Pessoa, 20 de dezembro de 1951. Ass.) **Péricles Fabrício Riquet** – Diretor Geral do DER. (A UNIÃO, 1/01/1952, DIÁRIO OFICIAL: 1).*

Quando avaliamos os gastos com o programa de pavimentação e construção de rodovias realizadas pelo governador paraibano, percebemos que a dotação orçamentária tornou-se bastante onerosa para os cofres da União em tempos difíceis como aqueles vivenciados entre os anos de 1951-1952. Entretanto, quando comparamos o programa do governador José Américo ao do nosso vizinho, o estado de Pernambuco, percebemos que havia uma grande diferença entre as verbas enviadas para os dois Estados. Enquanto a Paraíba recebia Cr\$ 23.715.870,40 (cruzeiros), o governo pernambucano recebia do Fundo Rodoviário Nacional um total de Cr\$ 60.000.000,00 (cruzeiros) para a construção e pavimentação de suas estradas, segundo o engenheiro Humberto Gondim, diretor do DER de Pernambuco (A UNIÃO, 27/02/1951: 3).

A diferença no repasse da verba para os dois estados era enorme, porém não podemos deixar de enfatizar que a política desenvolvida por José Américo durante os anos de 1951-1952 não fugiu ao caráter assistencialista das demais políticas instituídas

em outros momentos de seca – durante o Império, se estendendo pela República Velha, chegando a sobreviver mesmo após o Estado Novo – e que consolidaram a indústria das secas na região Nordeste. Prova disso é o caráter contemporâneo que assume os estudos desenvolvidos pela professora e historiadora Lúcia Guerra, citado por nós anteriormente. Durante todo o período estudado:

(...) a política de combate às secas sempre procurou atingir os males considerados provenientes diretamente das estiagens prolongadas – a falta d'água, o alto índice de mortalidade, a emigração a crise econômica – através de obras de engenharia, sem levar em conta que esses males são apenas agravados coma falta de chuvas, e que a situação de pobreza e de crise existiam antes e depois dos períodos de seca (FERREIRA, 1993: 127).

Passados seis anos após a queda do regime ditatorial estadonovista e da fase de redemocratização do país, percebemos que o governador José Américo continuou beneficiando as elites políticas locais que o ajudaram a vencer as eleições em 31 municípios e diversos distritos em 1950. Assim a indústria das secas permitia, mais uma vez, que determinados grupos políticos e segmentos sociais continuassem usufruindo e manipulando os recursos públicos destinados a amenizar o sofrimento das vítimas da seca de 1951-1952. Dessa forma, a indústria das secas parece assumir o caráter cíclico que é característico dos períodos de estiagem, como a anedota atribuída aos gatos, com suas sete vidas!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª Ed.. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980.

_____. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. 2 Ed.. João Pessoa: Fundação Casa José Américo de Almeida/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982.

_____. **Um trimestre de administração**. Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada, em 1 de junho de 1951, á Assembléia Legislativa. João Pessoa, Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1951.

_____. **Mensagem a Assembléia Legislativa**. Enviada no dia 1 de julho de 1952. Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba: João Pessoa, 1952.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros; et. al. (Orgs.). **Historiografia e [em] diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico. SECA: recursos e assistência como política de Estado na Paraíba (1930-1940)**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, pp.66-85.

ARAÚJO, José Amaury de Aragão. **Barragens no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: DNOCS, 1982.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GUIMARÃES, Severino Amaro. Um pouco de tudo. “**HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE PÚBLICO DE BOQUEIRÃO- PB**”. **Hoje Açude Epitácio Pessoa**. 2ª Ed. Campina Grande: Edições Boa Impressão, 2003.

_____. **História da construção do açude de Boqueirão no seu cinquentenário**. Literatura de cordel. Campina Grande: Instituto Histórico e Geográfico do Cariri (IHGC), 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião (SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Jornal

A UNIÃO. Imprensa oficial do Governo do Estado da Paraíba. Período consultado: 01 de julho de 1950 a 30 de abril de 1952.